



## **As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP: Comunicação, identidade e movimentos sociais “on” e “off line”**

**Renata Cardias KAWAGUCHI<sup>1</sup>**

**Resumo:** O artigo tem como proposta analisar como as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira - SP se mobilizam e marcam presença fora e na internet para as reivindicar seus direitos. Através de pesquisa bibliográfica, o trabalho debaterá sobre as temáticas: comunidades, identidades culturais e cidadania, comunicação e movimentos sociais no ciberespaço. Será pesquisado quantitativamente a presença das comunidades quilombola da região e seu movimento social nas seguintes modalidades de interatividade, tais como: *sites*, *blogs* e redes sociais, mais especificamente o *facebook*.

**Palavras-chave:** ciberespaço, comunidade, quilombola, movimentos sociais, resistência.

### **Introdução**

O presente trabalho desenvolveu-se a partir do interesse de verificar como alguns movimentos sociais se articulam fora e na internet, principalmente aqueles voltados aos povos e comunidades tradicionais brasileiras, mais especificamente aqueles ligados às populações quilombolas do Vale do Ribeira. Assim como outras 1500 comunidades quilombolas brasileiras, os quilombos dessa região foram e são marginalizados político e economicamente.

O artigo tem como proposta analisar quanto e como essas comunidades estão presentes no ciberespaço e como desenvolvem suas interações sociais na mobilização de suas lutas e questionamento de seus direitos.

Não pretendemos dar respostas definitivas as inquietações, mas propor um debate envolvendo: identidade, cidadania e democracia, assuntos inerentes aos processos comunicacionais na contemporaneidade, que tem na internet um espaço de interações sociais e midiáticas.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo; Especialista em Gestão Cultural pelo Senac-RJ; Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista; Doutoranda em Comunicação Social pela UMESP-SP.E-mail:rcardias@gmail.com



---

## **Resistências culturais na contemporaneidade: um olhar para as comunidades e povos tradicionais brasileiros**

Em nossa sociedade global cada vez mais nos deparamos com uma série de tensões sociais marcadas pelas desigualdades, discriminação de minorias, exemplos de violação aos princípios fundamentais dos Direitos Humanos<sup>2</sup>. Infelizmente essas expressões são flagelos que acompanham a dinâmica de um processo de globalização contraditório, desigual e excludente. Física ou simbólica, a violência é um dos efeitos colaterais de um sistema pautado na lógica da produção/consumo de bens e serviços, ideias e configurações identitárias homogêneas e pasteurizadas de um modo de vida global que impacta a vida de milhares de pessoas no mundo.

Muitas desses conflitos relacionam-se diretamente tanto com os direitos humanos, quanto com as identidades, estas compreendidas como um conjunto de conhecimentos, de língua e demais aspectos culturais que permitem aos sujeitos reconhecer e estabelecer vínculos a certo grupo social e identificar-se com ele.

Para Castells (2002) há uma diferença entre três formas e origens de configurações de identidades: a) Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes; b) Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições marginalizadas ou estigmatizada pela lógica de dominação de grupos hegemônicos; c) Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de suas características culturais, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. Podemos dizer que a formação das identidades não depende somente do nascimento ou das escolhas realizadas pelos sujeitos.

Um outro ponto importante nas discussões sobre as identidades está vinculado às transformações ocorridas na contemporaneidade, ocasionadas pelo forte impacto da globalização, Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2011), afirma que

(..) a) A globalização caminha em paralelo com um reforçamento das identidades locais, embora isso ainda esteja dentro da lógica da compressão-espaço tempo. b) A globalização é um processo desigual e tem sua própria “geometria de poder”. c) A globalização retém alguns aspectos da dominação global ocidental, mas as identidades culturais estão, em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo. (HALL, 2011 p. 80-81)

---

<sup>2</sup> Os direitos humanos foram concebidos como uma plataforma emancipatória voltada para dignidade humana, adotada e proclamada pela resolução 217 A(III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1948. A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão



---

Na América latina, as interações entre grupos diversos geraram processos híbridos, ocasionados de forma planejada ou como resultado imprevisto de processos colonizadores, migratórios, turísticos e do intercâmbio econômico e comunicacional. Nestor Garcia Canclini, em suas discussões sobre as identidades culturais na obra *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade* (2006), nos apresenta uma noção de hibridação como um conceito social, versátil para abarcar diversas misturas interculturais como a mestiçagem (entre raças) e o sincretismo (funções religiosas e de movimentos simbólicos tradicionais). Podemos dizer, que em alguns casos, a persistência de costumes e pensamentos antigos, podem ser resultados do acesso desigual dos bens da modernidade, ou ainda existirem porque são fecundas, ou seja, são felizes em suas combinações.

O autor, enfatiza que os entrelaçamentos não ocorrem sem contradições e conflitos, ou seja, podemos dizer que as experiências de hibridação são parte dos conflitos da modernidade latino americana. Para o autor latino-americano, a globalização é assimétrica, certas formas de hibridação e resistência presentes na América Latina, são resultados da injustiça social e da relação entre dominantes e dominados.

Como vimos, a globalização e a hegemonia em nossa contemporaneidade, apresentam uma face perversa que limita e exclui, marginalizando grupos e/ou populações inteiras, o que interfere na legitimação de seus direitos, na sua liberdade de expressão no exercício de sua cidadania, como acontece com as comunidades e povos tradicionais em nosso país, que encontram na resistência cultural a capacidade de se articular para defender os traços característicos que a marcam e estabelecem seu ritmo de vida, seus modos peculiares de existir que integram seus saberes e fazeres com a natureza.

A mídia, seja ela impressa ou eletrônica, são em sua maioria, expressões do poder político-econômico, porém não podemos negar que os processos comunicativos na contemporaneidade apresentam também outras vertentes, uma delas a partir de um enfoque local das demandas sociais, assumindo dessa forma um papel articulador ligado à cidadania e nas dinâmicas formativas, para Peruzzo

Determinadas manifestações em defesa da vida adquirem dimensões significativas em nossos dias. Isto pode ser encarado como um despertar de pessoas, de camadas sociais e de povos inteiros para busca de condições de vida mais dignas, pautadas pelo desejo de interferir no processo histórico, sua vontade de posicionar-se como sujeitos e se anseio de realizar-se como espécie humana. (PERUZZO,1998, p.25)

O direito à comunicação, assim como a cidadania e a democracia tem valor universal e não deveria ser apenas usado como mecanismo de manipulação ideológica a favor de grupos dominantes. Os princípios democráticos que também envolvem as mídias e o direito de



expressão, os receptores se tornam emissores, posicionam-se, empoderam-se, bradam suas vozes na luta incansável de exercer sua cidadania, criam-se portanto, a concepção de espaços sociais de luta, sejam eles reais e virtuais representados pelos movimentos sociais, conforme Liszt Vieira, em *Cidadania e Globalização* (2000),

A democracia não é apenas um regime político com partidos e eleições livres. É sobretudo uma forma de existência social. Democrática é uma sociedade aberta, que permite sempre a criação de novos direitos. Os movimentos sociais nas lutas, transformaram os direitos declarados formalmente em direitos reais. As lutas pela liberdade e igualdade ampliaram os direitos civis e políticos da cidadania, criaram os direitos sociais, os direitos das chamadas minorias – mulheres, crianças, idosos, minorias étnicas e sexuais- e pelas lutas ecológicas, o direito ao meio ambiente sadio. (VIEIRA, 2000, p.39-40).

A trajetória dos movimentos sociais no Brasil passou por transformações e contribuíram para a participação popular e na formação política na contestação permanente. Gohn afirma que

Em síntese, os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80 (Gohn,1991); e nos anos 90 por um tipo especial de ongs (...) entidades sem fins lucrativos, que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania (Gohn.1994). Movimentos e ONGs cidadãs têm se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais substantivas, não tem conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com objetivo e o fim de atender a área social. (GOHN, 2004, p.303).

No Brasil, a configuração cultural que edifica nosso mosaico identitário é híbrida, desigual formada por ajustamentos e intensos embates entre diferentes povos nativos e outros que vieram para nosso território por motivos distintos e em diferentes circunstâncias. Dentre tantas identidades, destacamos as comunidades dos povos tradicionais. Considera-se que o grande marco da proteção identitária desses povos foi a Constituição Federal de 1988, por ter reconhecido, em seu artigo 215, § 1.º, que as manifestações das culturas que participam do processo civilizatório nacional – destacam-se as culturas indígenas e afro-brasileiras – receberiam proteção especial, bem como por incluir, em seu artigo 216, inciso II, os modos de criar, fazer e viver como parte do bem ambiental cultural imaterial. Posteriormente com o decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, da constituição federal, define enquanto Povos e Comunidades Tradicionais brasileiras como:

"Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.(...) entre eles estão Povos Indígenas, Quilombolas, Seringueiros, Castanheiros, Quebradeiras de coco-de-babaçu, Comunidades de Fundo de Pasto, Faxinalenses, Pescadores



---

Artesanais, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caçaras, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Açorianos, Campeiros, Varzanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia, entre outros.” (PNPCT, 2007)

Porém, apesar do “reconhecimento” governamental, os povos e comunidades tradicionais têm vivido uma situação de agravamento em relação às possibilidades de permanência e controle de seus territórios, constantemente são ameaçadas por pecuaristas, incorporações imobiliárias ou até mesmo o autoritarismo ambiental por parte do Estado. Assegurar o acesso ao território significa para esses povos e comunidades manter vivos a memória, as práticas sociais, os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos de distribuição e consumo da produção, além de elementos simbólicos essenciais à sua identidade cultural. Assim, os territórios tradicionais além de assegurar a sobrevivência dos povos e comunidades “tradicionais”, constituem a base para a produção e a reprodução de todo o seu patrimônio cultural.

Atualmente, universidades e organizações não-governamentais reconhecem o importante papel na conservação dos recursos biológicos e dos conhecimentos ancestrais associados às comunidades e povos tradicionais, como por exemplo, na manutenção da agro biodiversidade. Ao endossar a sua importância, essas organizações apoiam as comunidades em várias frentes através de projetos que contribuem para o desenvolvimento dessas populações como a economia solidária, o turismo comunitário de baixo impacto e também na criação de conteúdos comunicacionais alternativos como vídeos- documentários, livros e outras produções midiáticas.

Apesar de legislações existentes e das poucas políticas e ações práticas voltadas ao seu desenvolvimento e preservação, esses povos são segregados socialmente e não participam também dos processos de democratização da comunicação. Porém perante a um panorama desfavorável, essas comunidades resistem e lutam para que sejam inseridas e reconhecidas nos processos de elaboração de bens simbólicos e na circulação e recepção de suas narrativas identitárias.

### **Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira: a luta “*off line*”**

Verificamos que, após um processo intenso de globalização e padronização de usos e costumes, há um movimento contrário no sentido de valorizar o local por compreender este espaço como algo próximo ao contexto no qual estamos inseridos e capazes de se desenvolver laços mais solidários, regatando assim o conceito de comunidade. Discutido por vários autores, destacamos as contribuições de Ferdinand Tönnies (1973), que apresentou já em suas



pesquisas o conceito de comunidade, entendido como a reciprocidade das relações sociais entre indivíduos. O autor apresenta algumas características que podem definir comunidade baseia-se a partir de três gêneros: aos laços de sangue; vizinhança, no sentido de conviver com pessoas próximas de um mesmo entorno; por amizade, onde os laços são criados a partir do convívio e na concordância e afinidade no modo de pensar.

Complementando os conceitos de Tönies, Peruzzo (2003) acrescenta que as características da comunidade também são caracterizadas pelo sentimento de pertença, coletividade, participação/interação, cooperação entre outros, aspectos presentes e muito peculiares nas comunidades quilombolas.

No Brasil, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (2012), existem mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional. Estas comunidades originaram-se no período de escravidão no Brasil, em que negros se refugiavam na mata, se agrupavam, formando os quilombos. Em terras abandonadas de várias regiões do país, tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas interioranas do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto que outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários para sobreviver.

Dados recentes do Instituto de Terras de São Paulo -ITESP (2012), indicam que atualmente existem 66 comunidades quilombolas identificadas no Estado de São Paulo. Das 28 comunidades reconhecidas no estado, 21 estão no Vale do Ribeira. E destas, apenas 6 comunidades foram tituladas conforme legislação em vigor.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA)<sup>3</sup>, através do *Inventário Cultural de quilombos do Vale do Ribeira* (2013) a existência de comunidades quilombolas possuem tradição de 300 anos de ocupação na região, como é o caso da comunidade de Ivaporunduva. Após a decadência da mineração de ouro e mais tarde com o declínio das lavouras de arroz, muitos trabalhadores ex-escravos se fixaram em terras abandonadas pelos fazendeiros, formando comunidades negras existentes até o presente. Boa parte dessas comunidades

---

<sup>3</sup>O ISA (Instituto Socioambiental) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos, que atua em várias regiões brasileiras. Fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Uma das atividades que desenvolve é o **Programa Vale do Ribeira, que** tem como objetivo contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento regional pautado na riqueza socioambiental da Mata Atlântica. Em parceria com associações quilombolas locais, prefeituras e organizações da sociedade civil, propõe e implementa projetos de desenvolvimento sustentável, geração de renda, conservação e melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais da região.



espraíam-se ao longo das duas margens do Rio Ribeira de Iguape, entre os municípios de Iporanga e Eldorado.

Ainda com o Instituto Socioambiental, a luta das comunidades quilombolas da região justifica-se em função das restrições de uso e ocupação do solo advindas da legislação ambiental, principalmente a partir das décadas de 1950/1960. Até o início da década de 1990, as comunidades quilombolas tiveram que incorporar outras formas de acesso aos recursos ambientais locais e à subsistência. Com isso, surgiram novos padrões de ações de sobrevivência restringindo práticas centenárias, como a extração de produtos na mata e o sistema tradicional de agricultura de corte e queima.

A terra além de garantir a subsistência do grupo, tem importância histórica e cultural, é a partir da garantia de seus direitos de seus territórios é fundamental para a configuração cultural e identitária das comunidades quilombolas, é a partir disso que acontecem as transmissões dos valores éticos, morais e ambientais, tradições e ancestralidades.

A luta quilombola pelas suas terras já dura mais de 50 anos, no início da década de 1970 houve uma tentativa de regularização fundiária das posses rurais por meio de um convênio entre a Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa) e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, iniciou-se a demarcação de terras e a distribuição de títulos de propriedade a pequenos posseiros no Vale do Ribeira. Porém, essa forma de “demarcação” desconsiderava a existência de terras comunais, permitindo que fossem loteadas.

Já na década seguinte (1980), o governo do Estado de São Paulo investiu em melhorias nas estradas que dão acesso à região, a fim de integrá-la ao resto do Estado. As terras se valorizaram, a especulação imobiliária se instalou, despertando interesses de latifundiários e empresários de outras regiões, agravando conflitos fundiários em diversas áreas do Vale. Nesse período, o governo estadual começou a se apoiar nas organizações sociais existentes na região, visando implementar timidamente políticas de desenvolvimento rural. Nessa época também foram criadas a maioria das Unidades de Conservação da região.

Destaca-se também a presença de setores da Igreja Católica que incentivaram as organizações rurais existentes, para que permanecessem nas terras que já ocupavam há várias décadas. No caso das comunidades quilombolas esse processo se deu com a motivação de seus integrantes a se organizarem em associações comunitárias, uma vez que essa era uma das exigências que o Estado impunha para que tivessem suas terras tituladas. Podemos dizer que as restrições quanto ao uso da terra, fez com que se fortalecesse os movimentos sociais destas



comunidades, na ocasião, com o trabalho de base realizado pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT)<sup>4</sup>.

Nos anos 1990, foram promulgadas leis ambientais restringindo as formas de uso dos recursos da Mata Atlântica. Nesta década a região se destacou no cenário político do Estado por conta dos projetos de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape.

Nesse mesmo período, foi criada a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE)<sup>5</sup>, formada por lideranças das comunidades quilombolas do Vale e por apoiadores. Iniciava-se, assim, o processo de discussão e organização dos quilombolas do Vale do Ribeira. Assim como surgiram também o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB)<sup>6</sup>, desde então, o movimento faz parte do cenário político-social das comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras locais no enfrentamento dos projetos hidrelétricos (Hidrelétrica de Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca) no Rio Ribeira de Iguape.

Além da falta de avanço no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e de seus territórios, há outros problemas na região decorrentes da ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável local. Consideram-se também as ameaças permanentes de retrocesso no marco legal que garante seus direitos constitucionais.

Historicamente, a quase totalidade das populações rurais que habitam o Vale, no caso as quilombolas, detém somente a “posse da terra”, em muitos casos, sem a documentação que

---

<sup>4</sup> A CPT (Comissão Pastoral da Terra) nasceu em junho de 1975, e inicialmente desenvolveu um serviço pastoral, junto aos peões, posseiros, índios, migrantes, na luta pela sua liberdade e dignidade para exercer suas atividades em uma terra livre da dominação da propriedade capitalista. Fundada em pleno regime militar, obteve o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nos primeiros anos de ação, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

<sup>5</sup> A EAACONE (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira) é uma entidade juridicamente constituída como o próprio nome diz, sem fins lucrativos, que trabalha para que o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, cumpra os requisitos que dizem respeito ao direito à terra dos Remanescentes de Quilombo.

<sup>6</sup> MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens) do Vale do Ribeira, teve início em 1990. É uma organização que se formou diante da ameaça de construção de um conjunto de barragens no Rio Ribeira de Iguape, as quais, se construídas, irão desalojar milhares de pessoas, inundar áreas agrícolas e de preservação ambiental e alterar significativamente o rio, com impactos negativos para todas as comunidades da região, principalmente para as comunidades de Remanescentes de Quilombos. Tem como objetivos conscientizar, capacitar, organizar e informar a população do Vale do Ribeira sobre os projetos de barragens, e conscientização sobre outras alternativas de geração de energia e desenvolvimento para a região.



comprove seus direitos possessórios, a maior parte das áreas ocupadas e manejadas por estas populações hoje ou é de domínio do poder público ou de particulares.

### **Quilombos do Vale do Ribeira: articulação, cidadania e resistência no ciberespaço**

Atualmente, apesar de vivermos em uma sociedade contraditória, surgem expressões no sentido de configurar e valorizar as identidades locais, o empoderamento dos cidadãos e autonomia comunicativa, que tem na cibercultura dinâmicas socioculturais sempre em mutação.

Com a sofisticação da tecnologia, a internet tornou-se componente fundamental nas interações sociais, o seu acesso e uso propiciam práticas comunicacionais dentro e fora do ciberespaço, este definido por Pierre Lévy em *Cibercultura (1999)*, como

(...) um conjunto de comunicação eletrônicos (...), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo, resumindo, virtual da informação que parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. (LEVY, 1999, p.92-93).

As características e interações no ciberespaço envolvem também não somente práticas de interatividade individuais, mas também as coletivas de grupos e comunidades virtuais, movimentos sociais e net-ativismo, de acordo com Pereira

as ações dos sujeitos e dos movimentos sociais incorporam as transformações comunicativas da sociedade, organizadas e amplificadas na rede e na virtualidade (...) Podemos dizer que a internet, os hipertextos, a comunicação mediada por computador (CMC) seja sincrônica- informações enviadas ou recebidas simultaneamente (*chat*, mensagem instantânea, telefonia via programas) seja assíncronas –não simultâneas (*e-mail*, *mailing list*, fórum, *scraps* em comunidades virtuais) favorecem o surgimento de novas sociabilidades e subjetividades. (PEREIRA, 2012, p.18).

A internet possibilita a expressão e circulação de ideias e identidades. Castells, em *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade (2003)*, nos aponta que a internet não cria o indivíduo, mas dá suporte para o se desenvolver, já que criamos em nossas relações redes *on* e *off-line*, processos híbridos envolvendo o espaço físico e o espaço virtual para exercermos nossas relações sociais. Já em sua recente obra *Redes de indignação e Esperança (2013)*, Manuel Castells considera a internet como uma plataforma privilegiada para a construção social da autonomia, construindo novos espaços de relações com o mundo, principalmente quando trata-se de movimentos e articulações sociopolíticas

O papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental (...) Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, nesse sentido, pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam



as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. (CASTELLS, 2013, p.170)

partir 

	Município	<i>Site</i>	<i>Blog</i>	<i>Portal</i>	<i>Facebook</i>
--	-----------	-------------	-------------	---------------	-----------------

 A da

discussão apresentada acima, elaboramos a seguintes indagações, com relação ao objeto deste estudo: As comunidades quilombolas e seu respectivo movimento social, está na internet? Como está presente? Como utiliza e ocupa o ciberespaço para sobreviver, mobilizar e promover seus valores, e os objetivos de suas lutas?

Nos propomos, nesse primeiro momento, mapear a presença das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no ciberespaço. Para realizar o mapeamento, consideramos as 21 comunidades quilombolas reconhecidas no Vale do Ribeira, verificamos as suas presenças no ciberespaço tanto de forma autônoma (cada comunidade através de suas associações locais) e também através da reunião dessas lideranças, através de organizações não governamentais e outras instituições que construíram juntos com essas comunidades o movimento social presente até hoje em pró da luta quilombola e de seus direitos.

Durante o período de dezembro de 2013 à janeiro de 2014, pesquisamos a presença dessas comunidades quilombolas através de *sites* buscadores como *google*, *bing* e *yahoo*. As tabelas 1 e 2, quantificam a presença quilombola na internet, considerando as seguintes modalidades de interatividade em rede, tais como, *blog*, *site* e em especial páginas no *facebook*. Das comunidades encontradas, elaboramos uma outra tabela com os links de cada modalidade.

**Tabela 1: Mapeamento da presença no ciberespaço das 21 comunidades quilombolas reconhecidas do Vale do Ribeira-SP**

André Lopes	Eldorado	0	0	0	0
Cangume	Itaoca	0	0	0	0
Cedro	Barra do Turvo	0	0	0	0
Mandira	Cananéia	0	0	0	1
Nhanguara	Iporanga/Eldorado	0	0	0	0
Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo	0	0	0	0
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	0	0	0	0
Peropava	Registro	0	0	0	0
Poça	Eldorado/Jacupiranga	0	0	0	0
Porto Velho	Iporanga	0	0	0	0
Praia Grande	Iporanga	0	0	0	0
Reginaldo	Barra do Turvo	0	0	0	0
Ribeirão Grande/Terra Seca	Barra do Turvo	0	0	0	0
Sapatu	Eldorado	0	0	0	0
Morro Seco	Iguape	0	0	0	0
Ivaporunduva	Eldorado	0	0	0	1
Galvão	Iguape	0	0	0	0
Maria Rosa	Iporanga	0	0	0	0
Pedro Cubas	Eldorado	0	1	0	1
Pilões	Iporanga	0	0	0	1
São Pedro	Eldorado/Iporanga	0	0	0	1
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>

Fonte: Organizada pela própria autora

Tabela 2: Mapeamento das organizações que configuram os movimentos sociais quilombolas no Vale do Ribeira-SP

Organizações que configuram o Movimento Social da luta quilombola no Vale do Ribeira	Site	Blog	Portal	Facebook
Associação dos Quilombos do Ribeira / Instituto Socioambiental (ISA)	2	0	0	2
EACONE	1	0	0	1
CPT	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Fonte: Organizada pela própria autora

Tabela 3: Links da presença das comunidades quilombolas do vale do Ribeira no ciberespaço

Nome Comunidade /Organização	Site	Blog	Facebook
Mandira	-	-	<a href="https://www.facebook.com/QuilomboDoMandira">https://www.facebook.com/QuilomboDoMandira</a>
Ivaporunduva	-	-	<a href="https://www.facebook.com/QuilombodeIvaporunduva">https://www.facebook.com/QuilombodeIvaporunduva</a>
Pedro Cubas	-	<a href="http://quilombopedrocu bas.blogspot.com.br">http://quilombopedrocu bas.blogspot.com.br</a>	<a href="https://www.facebook.com/pages/Quilombo-Pedro-Cubas">https://www.facebook.com/pages/Quilombo-Pedro-Cubas</a>
Pilões	-	-	<a href="https://www.facebook.com/quilomboportodospiloes">https://www.facebook.com/quilomboportodospiloes</a>
São Pedro	-	-	<a href="https://www.facebook.com/quilombosaoopedro">https://www.facebook.com/quilombosaoopedro</a>



Quilombos do Ribeira/ISA	<a href="http://www.quilombosdoribeira.org.br/">http://www.quilombosdoribeira.org.br/</a> <a href="http://www.circuitoquilombola.org.br">http://www.circuitoquilombola.org.br</a>	-	<a href="https://www.facebook.com/trocadesementesdosquilombosdovaledoribeira">https://www.facebook.com/trocadesementesdosquilombosdovaledoribeira</a>
EAACONE	<a href="http://www.eaacone.org/">http://www.eaacone.org/</a>	-	<a href="https://www.facebook.com/eaacone.valedoribeira">https://www.facebook.com/eaacone.valedoribeira</a>
CPT	<a href="http://www.cptnacional.org.br">http://www.cptnacional.org.br</a>	-	<a href="https://www.facebook.com/CPTNacional">https://www.facebook.com/CPTNacional</a>

Fonte: Organizada pela própria autora.

Não pretendemos dar respostas definitivas e fechadas em relação a presença do movimento social dos quilombolas no Vale do Ribeira no ciberespaço, até mesmo porque esse espaço virtual de relações sociais, assim como o real é dinâmico e cambiante. Precisaríamos também aprofundar nossas observações nos processos comunicativos das comunidades apontadas.

As comunidades quilombolas estão presentes no ciberespaço, se utilizam de *sites* e do *facebook* para se fazerem presentes enquanto movimento social, um exemplo dentre tantos atuantes no país é o observatório quilombola<sup>7</sup> e o site da Comissão Pró Índio de São Paulo<sup>8</sup>.

Com relação a cada comunidade quilombola do Vale do Ribeira apontada neste estudo, verificamos que apenas 24 % estão presentes, ou seja, das 21 comunidades quilombolas, 5 encontram-se no ciberespaço através do *facebook*, destacamos a comunidade de Pedro Cubas que além de ter uma página na rede social, também possui um *blog*. Estas comunidades que estão no ciberespaço, são também as que estão mais “adiantadas” nas questões das titulações da terra, porém seria ainda uma análise precipitada, já que é necessário mais investigações e aprofundamento das discussões sobre democratização dos meios de comunicação e inclusão digital nessas comunidades, ou ainda verificar mais de perto se as comunidades que não estão no ciberespaço optaram por isso, e preferiram atuar na rede enquanto movimento social ao invés lutar pelos seus direitos de forma autônoma.

<sup>7</sup> O observatório quilombola (OQ) é um espaço interativo, interdisciplinar, dedicado à coleta, organização e análise de informações relativas às comunidades negras rurais e quilombolas, em seus contextos locais e regionais, assim como às políticas pertinentes. Vinculado à Koinonia, organização não governamental que atua junto a essas populações desde 1999, o OQ surgiu como forma de ampliar e consolidar a rede de informação iniciada pelo informativo impresso Territórios Negros (TN) criado desde 2001. O observatório tem como objetivos se fortalecer enquanto rede de informação, monitoramento, ampliar o acesso à informação e sua capacidade de interferir na formulação das políticas públicas e outras formas de intervenção sobre elas.

<sup>8</sup> A organização não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo foi fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época. Tem atuado desde então junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas.



A articulação do movimento quilombola dessas comunidades é mais forte na internet, através dos organismos fundadores e atuantes, como por exemplo o Instituto Socioambiental, que atua na região dentro e fora da internet. As ações existentes foram construídas a partir do suporte e incentivo ao empoderamento das comunidades, como por exemplo a organização do Inventário *Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira*, lançado em 2013 que além do material impresso, também foram feitos vídeos documentários dos aspectos culturais e identitários dessa população que necessita do contato com a natureza e de seu território, para se manter viva. Os *sites* e as páginas do *facebook* :Quilombos do Ribeira e Circuito Quilombola, foram criados pelas comunidades quilombolas da região, com apoio e assessoria do Instituto Socioambiental (ISA), através de seu Projeto Capacitação em Gestão em Comunicação. A proposta do *site* foi apresentada para cada uma das comunidades com quem o ISA tem parceria. Cada uma delas analisou se era de seu interesse integrar esse canal de informação e comunicação sobre sua história, cultura, gestão de projetos e empreendimentos comunitários, produtos etc. As comunidades que aceitaram a proposta escolheram um representante para integrar o grupo gestor, encarregado de criar a estrutura, aprovar *o layout*, elaborar e administrar o conteúdo. Estes agentes comunitários têm um trabalho permanente, estando sempre atentos principalmente aos acontecimentos para produzir as notícias, e divulgando a agenda de interesse geral. Cada um é o repórter de sua comunidade. Outro exemplo de participação é a página no *facebook* da feira de sementes, projeto que visa valorizar o sistema agrícola quilombola e a segurança alimentar das comunidades.

A EAACONE, por sua vez, atua na assessoria das comunidades quilombolas, para que possam adquirir: auto reconhecimento como quilombo, recuperar e valorizar suas manifestações culturais, dar encaminhamento aos órgãos públicos responsáveis, solicitando o reconhecimento e a titulação de suas terras, formar a associação que irá gerir o território quilombola, lutar por políticas públicas que possam melhorar a vida dessas comunidades. A organização atua fortemente nas comunidades remanescentes dos municípios de Barra do Turvo, Iporanga, Eldorado, Iguape, Cananéia, Miracatu, Registro e Itaoca. Em seu *site*, são atualizadas as notícias sobre as conquistas, os andamentos dos processos de reconhecimento e titulação e outras informações de cunho identitário e de interesses socioculturais da luta quilombola na região. Esse canal de interatividade conta também, com fotos, vídeos e um livro de registro de visitas, além de informações sobre o MOAB.

Tanto no *site* e quanto na página do *facebook* da Comissão Pastoral da Terra, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira estão presentes, dividindo espaço com outras



frentes de atuação da entidade em diversas regiões brasileiras, juntando-se a outros movimentos sociais. Com função aglutinadora, no *site* da CPT é possível encontrar notícias sobre a luta para o direito à terra, *download* de documentos, espaço multimídia com fotos, vídeos, rádio web e *podcasts*.

### **Considerações Finais**

A globalização é caracterizada por contradições, da mesma forma que padroniza e pasteuriza modos culturais, também acentua a valorização do local e das identidades, provocando interações sociais a partir do hibridismo no enfrentamento de imperialismos pautados na ideologia e hegemonia de grupos dominantes.

As comunidades quilombolas no Vale do Ribeira em São Paulo, fazem parte do repertório cultural brasileiro, são detentoras de culturas híbridas e tem na sua trajetória a luta pelo território e o conhecimento cultural baseados nas relações com a terra.

Embora marginalizadas pelo poder público, grupos hegemônicos e grandes conglomerados midiáticos, as comunidades quilombolas apontadas neste artigo contam com suas lideranças e com a presença de organismos para reafirmarem suas características socioambientais através de articulações *on e off line*.

Algumas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (5 das 21 comunidades apontadas) são presentes no ciberespaço. De forma geral, exceto aquelas 5 mais articuladas, são representadas pelas organizações e comunidades que configuram o movimento social local.

Apesar das dificuldades enfrentadas apresentam exemplos edificantes de como a comunidade pode participar dos processos comunicativos para sua mobilização, considerando a assimetria global que limita seu acesso as tecnologias, promovem infelizmente de certa forma sua marginalização. Enquanto movimento de resistência, os quilombolas do Vale do Ribeira lutam constantemente fora e na internet para a ressignificação de suas expressões culturais, assim como utilizam a rede como ferramenta auxiliar para conquistar seus direitos e promover suas ações.

### **Referências Bibliográficas**

- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Redes de indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PEREIRA, Eliete. **Ciborgues indígen@s.br: a presença nativa no ciberespaço**. São Paulo: Annablume, 2012.
- PERUZZO, Cícília. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, SP: Pós-COM-UMESP, A.6, 1º sem 2003.
- TÔNIES, F. “Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais”. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p.96-116.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

#### **Documentos eletrônicos:**

- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Inventário Cultural dos Quilombos do Vale do Ribeira 2013**. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/pdf-publicacao-final\\_inventario.pdf](http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/pdf-publicacao-final_inventario.pdf). Acesso em 20 de dez. de 2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em 20 de dez. de 2013.

#### **Blogs, redes sociais e sites:**

- CIRCUITO QUILOMBOLA. Disponível em: <http://www.circuitoquilombola.org.br>. Acesso em 12 de jan. de 2014.
- COMISSÃO PRÓ INDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/> Acesso em 05 de jan. de 2014.
- COMISSÃO NACIONAL DA TERRA. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> Acesso em 10 de jan. de 2014.
- Disponível em: <https://www.facebook.com/CPTNacional> Acesso em 10 de jan. de 2014.
- EQUIPE DE ARTICULAÇÃO E ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES NEGRAS DO VALE DO RIBEIRA. Disponível em: <http://www.eaacone.org/>. Acesso em 10 de jan. de 2014.
- Disponível em: <https://www.facebook.com/eaacone.valedoribeira> Acesso em 10 de jan. de 2014.
- QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuilombodeIvaporunduva>. Acesso em: 27 de dez. de 2013.
- ITESP. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/> Acesso em 20 de jan. de 2014.
- QUILOMBO DO MANDIRA. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuilomboDoMandira>. Acesso em: 13 de jan. de 2014.
- QUILOMBO PEDRO CUBAS. Disponível em: <http://quilombopedrocubas.blogspot.com.br>. Acesso em: 13 de jan. de 2014.
- Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Quilombo-Pedro-Cubas>. Acesso em 13 de jan. de 2014.
- QUILOMBO PORTO DOS PILÕES. Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombo.portodospiloes>. Acesso em: 28 de dez. de 2013.
- QUILOMBO SÃO PEDRO. Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombo.saopedro> Acesso em: 13 de janeiro de 2014.
- QUILOMBOS DO RIBEIRA. Disponível em: <http://www.quilombosdoribeira.org.br/> Acesso em 10 de jan. de 2014.
- TROCAS DE SEMENTES DOS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA. Disponível em: <https://www.facebook.com/trocadesementesdosquilombosdovaledoribeira> Acesso em 12 de jan. de 2014.